

O servidor Peixoto e a pequena política Flagrantes da cultura política carioca

Lincoln de Abreu Penna
Professor da Pós-graduação de História da Universidade
Salgado de Oliveira – UNIVERSO
e-mail: linpe@globo.com

RESUMO

Este ensaio focaliza um dos inúmeros tipos sociais presentes na construção das cidadanias marginais. O autor o relaciona no âmbito do que convencionou chamar de *pequena política* em oposição à *grande política* de vínculo institucional. Tece considerações acerca dos processos de modernização decorrentes das intervenções urbanísticas que mudaram a fisionomia do Rio e menciona o convívio dos tipos sociais situados no campo da contravenção, numa cidade cuja crônica de seu cotidiano foi amplamente registrada pela imprensa. Neste texto, a cultura política carioca se faz presente no espaço público de forma significativa, a revelar suas diferenças e desigualdades.

Palavras-chave: cidadania; pequena política; contravenção

ABSTRACT

This essay intends to describe one of the numerous social types constituting marginal citizenship. The author places him within the scope of what he presumes to call petty politics as opposed to broad politics with an institutional association. It advances considerations relating the modernisation processes that occur following urban developments that altered the face of Rio, and further mentions the relationship of the social types associated with petty offenses, in a city whose daily life has been amply described in the press. In the text, the Carioca political culture is significantly perceived publicly with all its differences and inequities.

Key Words: citizenship; petty politics; petty offenders.

Apresentação

Este artigo é fruto de uma pesquisa, realizada com apoio da FAPERJ, intitulada *Arquitetura das Manifestações Políticas. A História do Palácio Pedro Ernesto*. O desenvolvimento desse projeto de pesquisa obrigou-me a repassar os tipos sociais e suas manifestações no entorno do espaço da praça Floriano, mais conhecida, pelo público carioca, por Cinelândia. Desses tipos sociais encontrados, deparei-me com a descrição do cotidiano de um deles, um servidor do palácio da Intendência ou Conselho Municipal, o senhor Peixoto. Nele se encontram presentes as características do funcionário público da capital da República e o cidadão capaz de exercer um tipo de cidadania na qual a solidariedade aos mais fracos ficou evidenciada na crônica da imprensa da época. Servi-me, então, dessa narrativa para relacioná-la aos conceitos de pequena política e cultura política, tal como os entendo, para efeito de aplicação em estudos relativos às relações sociais e ao nascimento de um tipo de urbanidade que iria caracterizar a cidade do Rio de Janeiro.

Na década de 1920, quando a nova sede do Conselho Municipal reluzia na praça Floriano Peixoto, (1) centro da cidade do Rio de Janeiro, inaugurada que fora no ano de 1923, um cidadão encarnou em seu cotidiano o que denomino pequena política. Seu prenome pouco importa, até porque tratavam-no por um suposto sobrenome, Peixoto, curiosamente o mesmo do ex-presidente Floriano, a quem coube dar nome à praça principal daquele entorno. O que se sabia é que era um servidor da Casa das Leis. Exemplar em seu trabalho e devotado a causas íntimas das pessoas humildes como ele, era um tipo constante nos arredores do palácio dos Intendentes. As andanças desse servidor, nas horas vagas, é que chamavam a atenção dos mais atentos transeuntes. O que faria o senhor Peixoto? Dava curso ao amparo a pessoas sem rumo, desgarradas e marcadas pelas práticas das contravenções toleradas pela sociedade hipócrita de uma época não tão distante dos dias de hoje.

Antes de se matar essa curiosidade, cabem algumas observações. Se, como dito anteriormente, a pequena política consiste num universo distinto da grande política, (2) convém demarcar essas diferenças. Assim, enquanto esta, a grande, se define pela ação das classes dominantes em meio às instituições que lhes dão amparo e poder, a pequena política se processa nas ruas, traduz-se pelos conflitos humanos inerentes à existência dos excluídos das benesses dos poderosos. Nesse espaço, onde transita o cidadão comum, desprovido dos cuidados mínimos do poder público, forma-se uma cultura política. Esta é assinalada por uma dupla característica: a resistência, mesmo silenciosa, em face da opressão, e pela ironia diante da hipocrisia dos que se julgam superiores, pelo simples fato de deterem patrimônio e propriedades privadas.

O senhor Peixoto pertencera ao universo da pequena política, embora seu ofício o fizesse transitar entre as duas. Indivíduo de pequena estatura, magro a ponto de suas roupas sobraem no corpo quase esquelético, negro retinto e, sobretudo, de uma amabilidade fascinante, era costumeiramente visto por todos que se aproximassem do prédio do Conselho

e de suas circunvizinhanças. Sua voz baixa sintetizava a esmerada educação no trato com as pessoas e a fraqueza aparente de um corpo a aparentar mais tempo de vida do que efetivamente tinha. O andar era vagaroso e não revelava pressa no que fazia ou tinha de fazer. Escrupuloso, só se manifestava quando instado a fazê-lo, hábito incorporado ao seu modo de ser provavelmente em razão das funções das quais se ocupava junto aos intendentes do Conselho Municipal. Fácil era identificá-lo nas imediações do palácio em virtude do dólmã pendurado no pescoço, no qual se destacavam as armas douradas do Município, portado com o garbo e uma não disfarçada ponta de orgulho.

Se durante o expediente permanecia o tempo todo no interior do novo prédio a assistir os intendentes, após a rotina de trabalho, cumprido com a satisfação costumeira, ia flunar pelas ruas, a observar a tudo e a todos com um olhar sereno e, ao mesmo tempo, penetrante, capaz de anestesiar a ira ou a revolta dos que se queixavam da vida. Olhos de poeta, diriam os cronistas se com ele cruzassem pelas ruas daquele Rio, a reunir o passado insalubre com o que despontava das muitas transformações urbanas executadas. Síntese de uma contradição corporificada por aquele cuja figura era por demais conhecida dos passantes, a quem cumprimentava respeitosamente.

O terno azul meio desbotado era uma referência para identificá-lo. Os dias eram comuns, o que mudava era o eventual entrevero entre políticos, aos quais servia encaminhando papéis de uns para outros gabinetes ou servindo-lhes cafezinhos. O que mudava eram as idas misteriosas ao encontro com as *pirulitos*, como eram apelidadas as jovens prostitutas a acalentarem os sonhos comuns aos que idealizam uma vida melhor. Eram assim chamadas com o duplo sentido que o termo sugere. De silhuetas magras e sem sinais aparentes de celulites, geralmente trajando os indefectíveis chapéus coco, lembravam as gulodices de crianças a lamberem as balas espetadas em palitos. Mas, também podiam sugerir situações libidinosas próprias da imaginação. Elas integravam o cenário de uma cidade rumo ao progresso, à civilização tão decantada à época.

Entre o palácio dos Intendentes e o Liceu de Artes e Ofício circulavam as ditas moçoilas, da mais antiga e leve das contravenções de que se tem notícias. Os tipos mantinham com o senhor Peixoto uma relação muito especial. Ele era o confidente das meninas e, mais do que isso, o conselheiro a quem elas esperavam, com ansiedade, para revelar-lhe as últimas frustrações ou violências sofridas de homens de todas as laias, ricos ou pobres, senhores de alta hipocrisia ou dos mais baixos instintos. Ouvia suas meninas com paciência e delicadeza, por vezes pondo suas mãos sobre as cabecinhas ou os ombros de suas protegidas. Nos casos de maior dor ou angústia, não titubeava em enlaçar as cabecinhas e pô-las no seu esquelético ombro. Agia assim sem se preocupar com a censura dos olhares condenatórios que assistiam àquelas cenas, quase diariamente.

As queixas são sempre as mesmas: desilusão amorosa, seja pelo desinteresse súbito de alguém por quem se apaixonara num ato de amor incomum, ou em virtude da brutalidade

do cafetão que, transtornado por alguma desconfiança, espancara uma das consulentes sem dó nem piedade. De origem pobre, essas moças vinham do interior ou das zonas mais abandonadas da cidade, carregavam consigo o desamparo estampado no rosto. De famílias destruídas ou sequer constituídas, buscavam a vida como podiam, vendendo-se aos prazeres oportunistas dos homens, a circularem no trajeto de seus negócios às casas, com pressa e com desejos incontroláveis de transgressões. Com elas, as *pirulitos*, davam vazão às suas taras, acompanhadas de promessas jamais cumpridas.

Eram belas mulheres, apesar da dura vida da prostituição. A beleza convive com a pobreza e até com a miséria, quando ainda se tenta preservar um pouco da dignidade. Assim pensava o senhor Peixoto a emprestar-lhes o merecido carinho e o amparo de que necessitavam. Cumpria a risca o percurso diário ao sair nos intervalos do almoço ou no fim das tardes depois do expediente e antes de peregrinar flanando, com uma ponta de satisfação pelos conselhos invariavelmente bem-sucedidos. “Meu bombom”, era dessa maneira que se dirigia a cada uma das suas protegidas. Deliciosas, nos raros momentos de felicidade, exibiam a ternura de suas fragilidades ao homem que as adotara num dia em que assistira ao choro contagiante de uma delas, ao caminhar despreocupadamente pelas ruas próximas ao Tabuleiro da Baiana. Desde esse instante, não mais deixou de levar-lhe o consolo das palavras e dos gestos de carinho.

O relato acima ilustra uma faceta do Rio da Primeira República. A cidade convivia com práticas sociais responsáveis pela aparição de tipos que iam de encontro às aspirações das classes dominantes de dotarem o centro da cidade de uma aparência de civilização. A noção de contravenção firmava-se à medida que prosperava o processo de embelezamento iniciado pelas reformas urbanísticas do prefeito Pereira Passos e concluídas - no que concerne às grandes intervenções públicas da época - com o desmonte do morro do Castelo, pelo então prefeito Carlos Sampaio.(3) E uma dessas práticas era a coexistência de figuras muito características da vida carioca, como a do intermediário dos amores alheio e, ao mesmo tempo, conselheiro delicado para os seguidos casos de desilusão amorosa.

Para aquelas elites das elites, isto é, para os ideólogos das classes dominantes, além do problema da falta d'água a infernizar o cotidiano dos cariocas, havia uma calamidade maior, a crescente prostituição. Não bastasse a presença de uma zona do meretrício a exigir o recato necessário e as caçadoras de amores passageiros a vagarem pelas ruas mais movimentadas do centro da cidade, era preciso conviver com a promiscuidade entre as *pirulitos* e os homens aventureiros, muitos dos quais detentores de cargos públicos. E dentre eles, naturalmente, encontravam-se também os intendententes do Conselho Municipal. A ausência de posturas era um traço que chamara a atenção de um português exilado, João Pinheiro Chagas (1897), que escrevera uma longa crônica sobre a cidade, cuja edição sob a forma de livro foi intitulada de *De Bond*.

Nesse relato impressionista, o revolucionário republicano de 1890, chegado ao Brasil no ano seguinte, descreve os primeiros momentos da República recém-instalada no Brasil. Muitas coisas o surpreendem, como o tratamento quase obrigatório de cidadãos a todos que se relacionassem formal ou informalmente pelas ruas do Rio, ou a habilidade dos garotos vendedores de doces nos estribos dos bondes, transporte através do qual percorreria boa parte da então capital brasileira. Mas, por certo, o que mais detivera sua atenção foi o descaso com a coisa pública, a absoluta falta de posturas, de modo a produzir uma sensação de anarquia, de abandono dos princípios elementares de convívio civilizado.

Naqueles tempos de um Rio às voltas com um passado repleto de carências que se acumularam e com um progresso a contagiar os políticos, já se tinha uma dupla representação da política. A grande e a pequena. A dos arranjos nem sempre republicanos e que vinham à luz do dia e os que se processavam à margem daqueles, normalmente distribuídos também em dois tipos: os solidários com o próximo e o dos contraventores, que só conheciam a solidariedade entre seus integrantes. As forças de ordem, a Polícia em especial, ocupavam-se desta pequena política. Interferia numa de suas modalidades e reprimia, quando convinha, a outra modalidade, a contravenção. E essas manifestações políticas eram registradas pela imprensa que, muitas vezes, abrigou em suas páginas articulistas que se embrenharam pelo espaço público e dele tiravam o conteúdo de suas crônicas, como ocorria com João do Rio. A diferença com outras imprensas regionais é que o noticiário estava impregnado de um caráter cosmopolita que as outras não tinham ainda alcançado, durante boa parte da primeira metade do século XX.

A relação entre imprensa, espaço público e cultura política tem como lócus a cidade do Rio de Janeiro na Primeira República (1889-1930). Os jornais e revistas continham em suas matérias fartas referências ao espaço público que se ia modificando no compasso da filosofia do progresso e da ânsia do embelezamento, cosmético necessário para dar atestado ao impulso progressista tão acalentado. E, por intermédio dessa interação imprensa e espaço público, encontrava-se presente uma cultura política a dar substrato ao modo de ser do carioca, ambos retratados nas suas silhuetas e na sua maneira de ser pela imprensa.

Não seria nenhum exagero retórico dizer-se que, ao longo do período compreendido por este estudo, esses três elementos se firmaram como atores coletivos. A imprensa ganhara com a República a diversidade de orientações e tendências raramente presentes na época do Império. Da mesma forma, em tempo algum o espaço público foi, ao mesmo tempo, tão reverenciado e sujeito a tantas intervenções como tão mal falado em razão de interferências que se fizeram à revelia dos seus habitantes. E, por fim, a identidade carioca se já se fazia perceptível antes foi, por certo, nesse período, robustecida pela profusão de tipos sociais a se afirmarem na mão e na contramão das classes dominantes e de seus conceitos de moralidade.

Acresce a esses elementos a particularidade do caso carioca. A leitura do espaço urbano e de seus cidadãos foi fundamentalmente uma construção desenvolvida pela observação no

próprio espaço público, vale dizer, nas ruas. Ao contrário de outras metrópoles, o Rio foi objeto de um olhar que se fez no ambiente do comportamento de uma cidadania ainda às voltas com certas normas e, por isso mesmo, também com certas transgressões. Estas não aparecem em função das sucessivas medidas adotadas em paralelo àquelas saneadoras da modernização urbanística, mas atropeladas pelo excessivo volume de dispositivos com vistas à disciplina dos seus habitantes, de modo a tentar discriminar modos de conduta como se essa preocupação indicasse sinais de progresso e civilidade.

A irreverência incumbiu-se de dotar o exercício de *flanar* pelo espaço público um toque essencialmente caro aos habitantes da capital de um país mergulhado no caldeirão de suas contradições. Neste despontava o embate entre o cultivo da tradição e o frenesi da modernidade, ideia de progresso levada ao cubo por uma geração que, no limiar do século XX, deslumbrara-se com os grandes centros metropolitanos do mundo ocidental europeu e americano. E esse traço de irreverência esteve como nunca expresso na imprensa, notadamente naqueles periódicos que se assumiam abertamente como de opinião, cuja essência de suas ideias se originava do humor. Era o caso do jornal de Aparício Torelly, *A Manhã*. Nele, costumes e críticas desfilavam com elegância e talento próprio aos editorialistas identificados com o gosto dos leitores imersos numa metrópole em construção e, sobretudo, numa cidade que se tornara cosmopolita. Irreverência e ironia demonstradas na nota editada em seu jornal.

Regime Comunista

Um vespertino desta capital deu uma notícia estranhando que os intendentes comunistas Octávio Brandão e Minervino de Oliveira tivessem comparecido ao Conselho Municipal trajando elegantíssimos ternos novos. Esse fato, porém, nada tem de esquisito, pois qualquer pessoa, mesmo o pequeno burguês, poderá fazer roupas nessas condições, pagando-as em 10 prestações na CAPITAL. É esse, aliás, o regime ideal para o qual está evoluindo a extrema esquerda: - o comunismo dentro do “capitalismo”. (A Manhã, 1930, p. 2)

A loja Capital, objeto da sátira do barão, vestia o cidadão. Não chegava a ser um refrão. Tinha a função de dotar os cavalheiros que circulavam pelo espaço público de um vestuário decente para as normas impostas pelo poder público aos habitantes da cidade. A exigência do traje “passeio completo” não se aplicava apenas aos intendentes, mas igualmente a todos os que fluíam pelas ruas e as novas avenidas que se abriram após as intervenções urbanísticas do início do século XX. Assim, bons negócios esse comércio de roupas auferiu com a exigência a visar, na realidade, o cidadão, daquele definido pelas autoridades policiais como vadio. Decorre daí que a vadiagem era configurada como contravenção, e como tal, foi pretexto para ações persecutórias junto aos setores populares, alvos preferenciais e sistemáticos dos agentes da ordem urbana.

Diferentemente da malandragem, a presença de desocupados perambulando pela cidade não estava necessariamente associada ao desemprego, pois esta figura só acontece quando se constitui um mercado formal de trabalho. O Rio crescia e, portanto, as ocupações também acompanhavam esse ritmo progressivo de expansão dos serviços, em particular. Por isso, a vadiagem por vezes se misturava à malandragem como opção existencial. Mas o malandro possui códigos inerentes à função que desempenhava distintamente dos desocupados, normalmente entregues ao alcoolismo, droga permanente das classes populares, e as depressões provocadas por situações as mais diversas. A saúde pública, naquele Rio das primeiras décadas da República, ocupava-se, especial e obstinadamente, apenas com as doenças sexualmente transmissíveis. Para os arautos dessa política, a promiscuidade era um indicador característico de nosso baixo índice de civilização.

Contudo, esse tipo de crítica às autoridades não era muito frequente. O que a imprensa desdenhava era a situação de descaso diante do palavrório dos representantes da administração pública, fossem os parlamentares ou os homens que desempenhavam os cargos executivos. Havia, é claro, uma sensação de menosprezo para quem assim também procedia, uma vez alçado à condição de intendente ou prefeito de uma cidade, que ganhara uma fisionomia alegre, à semelhança de sua gente, mas carente dos serviços públicos essenciais. A matéria abaixo, do jornal *Archivo Vermelho* (13/7/1921) sintetiza bem essa sensação.

Saibamos administrar. Menos palavras e mais ação. Basta de opressões, basta de misérias e imitações! (...) O Congresso e o Conselho Municipal, em vez de decretarem impostos, que encarecem a vida e vexam os contribuintes, podiam perfeitamente decretar a reforma dos quadros de funcionários, criar um código administrativo, determinar-lhes as obrigações de modo positivo, para serem um pouco lógicos...

- Ou são todos imbecis, ou todos são ladrões...

É curioso como a “grande política”, a institucional, na Primeira República manifestava, por meio de seus mais dignos representantes, um certo desdém em relação à opinião pública. Talvez, em virtude de a força dessa opinião não ter alcançado um efetivo destaque na vida das instituições e, em particular, nos restritos e nada transparentes poderes da República. Do Conselho dos Intendentes à Câmara dos Vereadores as práticas políticas só se modificaram em relação ao tamanho dos apetites, sempre vorazes, na busca de mais prestígio e influência nada republicanas.

Coube, sem dúvida, à imprensa a tarefa de zelar por conta própria de seus abnegados trabalhadores da informação, pois, caso contrário, a visão que os contemporâneos desses diversos períodos históricos, de mais de quarenta anos de regime republicano, seria hoje tão-somente oficial. Dessa maneira, os registros históricos sob a forma de manchetes, editoriais, artigos assinados ou de colaboradores eventuais, proporcionam uma visão mais próxima de realidades cuja construção fora fruto de uma historiografia nem sempre

interessada em retratar as muitas faces de uma cidade e de seu povo. E mais do que os registros de fatos que vieram com o tempo a informar e definir as circunstâncias de certos processos políticos, a imprensa abrigou o povo em suas páginas e em suas mais variadas dimensões, mesmo quando, por vezes, certos componentes estereotipados tomavam conta de articulistas mais ciosos dos valores tradicionais.

Independente da vertente política e ideológica dos periódicos da época, a capacidade revelada pelos trabalhadores da notícia superava eventuais atitudes preconceituosas. Isto ficou evidente no relato do senhor Peixoto, como ficou da mesma forma a maneira como eram tratados os tipos populares, tão ao gosto de cronistas como João do Rio. É dele o uso do termo *flanar*, galicismo que o próprio autor definia na mais precisa síntese: “Flanar é ser vagabundo e refletir, é ser basbaque e comentar, ter o vírus da observação ligado ao da vadiagem”. (RIO, 1908, p. 31) A ingenuidade conjugada com a inteligência prática tornava o tipo que seduzia o cronista uma das primeiras alegorias humanas do carioca.

Da rua, João do Rio formulou a sua mais concisa e bela definição. “A rua é a civilização da estrada”.(1908) Sem dúvida, o traço urbano a ligar pontos de interesse dos usuários faz da estrada uma rua e desta uma pequena estrada, a conduzir pessoas a seus destinos e a criar, ao sabor das circunstâncias aleatórias, destinos flagrados em seus momentos de aparição não prevista. Contudo, o traço das ruas não é frio, retilíneo, de curvas esporádicas, mas transformam as idas e vindas em destinos orientados pelo gracejo de se percorrer itinerários nem sempre os mesmos. A rua do Ouvidor é um exemplo de lugar síntese do significado antropológico da rua. Espaço político, meio de acesso e de encontros, foi palco de muitas decisões sobre rumos a serem dados à cidade.

Os tipos sociais eram bastante variados. O que tinham em comum certamente era a prazerosa mistura da fraternidade humana em meio à adversidade da vida, com o gosto da boa e saudável sacanagem. É o espírito de tirar sarro com o semelhante assemelhado em tudo, sem livrar a cara dos mais bem situados numa estratificação que começara rígida no passado escravocrata e viera a conhecer a mobilidade de uma desigualdade crescente. Todavia, homens, como o senhor Peixoto, conviviam com a inteligência prática sem perder a ternura de uma solidariedade necessária para as suas consulentes.

É provável que o servidor Peixoto fosse filho ou neto de escravos libertos antes ou durante a legislação abolicionista que antecedeu, em pouco, a instauração do regime republicano. Mais provável ainda é que tenha se vinculado à família de homens influentes na política e, como decorrência dessa proximidade, veio a nomeação para o exercício de funcionário subalterno do Conselho Municipal. Com mais probabilidade ainda, manteve laços de camaradagem com sua gente, negros, mestiços e imigrantes moradores dos cortiços e casas de cômodos espalhados pela cidade, a conviver com o clima de uma modernidade a todo o vapor. E que nesses ambientes tenha conhecido os tipos próximos ou já entregues à marginalidade, na qual a contravenção é um meio caminho.

Não se apurou nos registros não muito confiáveis de então o prenome desse servidor, mas não é difícil imaginar tratar-se de alguém que preferiu adotar o nome de seu padrinho político. O uso do sobrenome dava, até há bem pouco tempo, um certo ar de nobreza, mesmo em plena República. Ao contrário do maior cronista da cidade, cuja adoção do nome de João do Rio tinha o propósito de torná-lo um dos tipos populares, dispensando o pomposo nome de batismo, o mesmo não era comum aos que ascendiam a postos de confiança dos poderosos de plantão.

Por outro lado, ao anunciar-se como senhor Peixoto, impunha-se como cidadão diante de seu interlocutor, e dava a ele o tom de respeitabilidade nunca desprezíveis em circunstâncias dessa natureza, sobretudo nessa relação entre dominadores e dominados. A dependência quase sempre obstinada do subalterno para qualquer serviço faz lembrar a dialética do senhor e do escravo de Hegel (4) para quem há uma relação mútua de dependência. E nisso deve ter-se esmerado o nosso Peixoto. Com a convivência adquirida nos dois lados de uma escala social acentuadamente desigual, aprendera a tecer e costurar relações, não sendo, portanto, surpreendente, que realizasse com desenvoltura o papel de conselheiro das *pirulitos* algumas das quais envolvidas em casos amorosos com intendentess mais ousados para os padrões de sua época, ou típicos representantes da hipocrisia reinante.

A República aboliu legalmente e tolerou a perseguição à prostituição (ARAÚJO, 1993) circunscrevendo sua prática ao terreno da contravenção. As moçoilas podiam deslocar-se livremente, não obstante manterem-se sob permanente assédio da Polícia, que agia em mão dupla, pois as intimidavam para em seguida oferecer “proteção”. Mas, ao contrário, essa promiscuidade entre as prostitutas e os policiais resultaria em constantes violências e violações de direitos humanos, em decorrência da relação estabelecida e prosperada com o consentimento velado do poder público. Não foram poucos os policiais a somarem-se ao contingente de cáftens, no jargão popular o nosso brasileiro cafetão.

O crescimento da violência e os primeiros sinais de desordem urbana, a agredir os padrões de civilidade e de posturas necessárias ao bom convívio cidadão, ensejaram o surgimento de uma imprensa voltada a cobrir a criminalidade em suas mais amplas e diversas manifestações. Assim, o periódico *Arquivo Vermelho*, fundado pelo jornalista Silva Paranhos, deu início aos jornais e revistas que iriam se especializar no registro dos acontecimentos brutais de uma cidade acolhedora, porém excessivamente violenta. Os crimes mais comuns eram os passionais, seguidos de perto pelo latrocínio, indícios de uma cidade marcada, já àquela época, por forte atração de natureza libidinosa e pela gana em busca da grana para dar vazão ao prazer de desfrutar os novos ares dos espaços públicos, trazidos pela modernidade urbana e mental.

Essa publicação circulou entre os anos de 1918 e 1922, e teve como redator-chefe, durante os seus primeiros números, o advogado trabalhista Evaristo de Moraes, já respeitado tribuno, cuja presença na revista foi marcada por dois fatos. O primeiro, a

publicação dos capítulos do livro que editaria logo depois, *Reminiscências de um rábula*, verdadeiro diário de cunho fático e emocional a amenizar as páginas e fotos escabrosas que a folha publicava. O outro fato, pela inclusão dos temas políticos e sindicais, especialmente os registros do movimento operário de orientação, à época, anarquista e anarco-sindicalista. Em seu primeiro editorial é dito que, ao contrário da fantasia dos escritores

...nesta revista quinzenal, ele (o povo) assistirá à passagem de tipos reais, de criminosos que vivem ou viviam entre nós, na nossa sociedade. Assassinos, ladrões, cáftens, estelionatários, desvirginadores, os criminosos políticos, ratoeiros, falsários, sedutores, os que perturbam a felicidade dos lares alheios, os que fazem do amor o caminho para chegar à fortuna, os espancadores, os que maltratam menores, os aberrados de toda espécie – todos eles diante dos leitores, sejam plebeus ou nobres, ricos ou paupérrimos passarão entre as imagens deste caleidoscópio que jamais sacrificará os interesses da verdade (Arquivo Vermelho, 1918, p. 1)

A enumeração dos tipos sociais é reveladora das ocupações com que contavam os excluídos ou os que se excluía para melhor exercê-las. Como sói acontecer em todo o processo de acumulação capitalista, as taras sociais tendem a se multiplicar e costumam frutificar ao sabor das conveniências mais ou menos acentuadas das autoridades e seus “podres poderes”. O Rio de Janeiro expressava, no limiar do século XX, a infernal combinação da modernidade com a socialização da miséria, provocada pela avalanche dos oportunistas, de cima ou de baixo da pirâmide social.

A malandragem era da mesma forma comum aos mais variados segmentos sociais. A ladroagem comia solta embaixo, a fazer proliferar os pequenos furtos e as técnicas dos *punguistas*, e, em cima, sob o manto protetor da impunidade. Roubava-se de todo jeito e os desvios do dinheiro público já faziam a festa da *canalhada* mais esperta. A construção do magnífico palácio para a nova sede do Conselho Municipal (5) ficou gravada na memória popular quando alguém passou, na imprensa, a usar a expressão jocosa de *Gaiola de Ouro*. Mas, da mesma forma que o malandro era respeitado pela ousadia de suas ações, num desafio à ordem estabelecida, também os políticos convencionais, egressos de família tradicional, buscavam aparecer junto aos seus como o mais esperto, o que obtinha mais vantagens junto à máquina pública.

Essa cultura política (6) prosperou ao longo do tempo, criou inúmeros subterfúgios e se mantém como um traço do caráter nacional. Em seu meio, no entanto, há de se registrar outras práticas, certamente mais discretas, mas sobretudo plenas de humanidade e solidariedade ilustradas neste pequeno ensaio pela descrição dos gestos do servidor Peixoto. Sem a autoridade da qual se revestem os “dignos” representantes do povo, instados constitucionalmente a protegê-los, e tampouco detentor de recursos em condições de arrancar vantagens ilícitas e imorais, o senhor Peixoto foi, de fato, um representante legítimo do povo sofredor, cheio de esperanças e pronto para festejar ou minorar os sofrimentos em

face de pequenas e triviais conquistas amorosas e existenciais, bem ou mal sucedidas. É um exemplo marcante da pequena política, a que retrata a gente humilde em seu cotidiano, que se desenrola na adversidade sem, no entanto, abrir mão da dignidade dos seus praticantes nos espaços públicos de uma cidade maravilhosamente plena de contradições e desafios à cidadania.

Por fim, cabe uma observação a propósito da imprensa como fonte documental. Sendo fonte e objeto de pesquisa, o periódico é acima de tudo um registro de comportamentos de época. Nele é possível a presença e a convivência da pequena e da grande política. Em suas páginas há espaço para as duas. A maneira de retratá-las define o papel que cumprem como veículos da informação e não conseguem mascarar os conteúdos ideológicos por meio dos quais forma uma opinião e a emite aos seus leitores.

O relato que abre esse ensaio foi extraído do *Jornal do Brasil*, de 22 de julho de 1923, página 5, dia em que se inaugurava, por sinal, a nova sede do Conselho Municipal. (7)

Em meio à festa a envolver as figuras mais destacadas da grande política, lá se encontravam o nosso personagem síntese da pequena política e os seus tipos populares, a emoldurar e dar alguma graça àquele cerimonial cercado de suspeição por todos os lados. Neste dia, especialmente, o servidor Peixoto servira inúmeros cafezinhos a muitas personalidades, mas, por certo, estava com sua atenção voltada para as meninas impedidas pela ação da Polícia de participarem de perto daquele cenário majestoso dos comensais do orçamento público, incapazes de assistirem às classes populares. Ostentação e despudor para com o povo, eis a tônica da grande política. Exposição das carências e apetite pela vida, ainda que amarga, eis o traço da cultura política dos desvalidos e explorados.

Notas

1) A Praça Floriano Peixoto teve sua inauguração há cem anos, no dia 21 de abril de 1910, ocasião em que o busto do ex-presidente foi colocado no local.

2) Trabalhei essa questão em meu livro *O Progresso da Ordem* (1997). A segunda edição deste livro está no prelo pela Editora E-Papers.

3) Ver Carlos Kessel. *A Vitrine e o Espelho. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Rocco, 1993*

4) A dialética do escravo e do senhor é um dos capítulos da Fenomenologia do Espírito do filósofo alemão e está disponível em língua portuguesa na coletânea "Os Grandes Pensadores", no volume dedicado a este filósofo.

5) A decisão de se construir uma nova sede para abrigar o Conselho Municipal foi dos intendentes, em 1912. Com a Grande Guerra (1914-1918), a construção só começou de fato em 1918 e seu término se deu em julho de 1923, quando foi pomposamente inaugurada sob o olhar desconfiado e maroto do carioca.

6) Entendo por cultura política um conjunto de práticas sedimentadas e características de uma comunidade, uma classe ou uma formação social, dependendo da dimensão de abordagem que se proponha a fazer quem assim a emprega.

7) Mais tarde, batizada pelo povo de Pedro Ernesto e, finalmente, formalizado pelo Projeto de Resolução do deputado Gama Lima, por ocasião do funcionamento da Assembleia Legislativa do então estado da Guanabara.

Bibliografia

- ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Iplan-Rio/Zahar Editores, 1987.
- ANTELO, Raul (org.). João do Rio. *A Alma Encantada das Ruas* (crônicas). São Paulo: Companhia das Letras, 2008;
- ARAÚJO, Rosa Maria de. *A Vocação do Prazer. A cidade e a família no Rio de Janeiro republicano*, Rio de Janeiro: Rocco, 1993;
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CHAGAS, João Pinheiro. *De Bond*, Lisboa: Editora Moderna, 1897.
- CHALLOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim*. O cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque, São Paulo: Brasiliense, 1986.
- COARACY, Vivaldo. *Memórias da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1965.
- COSTA, Luís Edmundo da. *O Rio de Janeiro do meu tempo*, 3 vols., Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- KESSEL, Carlos. *A Vitrine e o Espelho*. O Rio de Janeiro de Carlos Sampaio. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2001, 140 p.
- MORAES, Evaristo de. *A questão das prostitutas*, Rio de Janeiro, s/ed., republicado em 1987;
- PENNA, Lincoln de Abreu. *O Progresso da Ordem. O florianismo e a construção da República*, Rio de Janeiro: Editora Sete Letras, 1997.
- RIO, João do. *A Alma Encantada das ruas*. Crônicas. Org. Raúl Antelo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008;
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1983.